

# PANORAMA ECONÔMICO



MÍRIAM LEITÃO

## Mudou tudo

**Quatro meses antes das eleições, caiu uma “bomba atômica” sobre o sistema político brasileiro. A expressão é do cientista político Amaury de Souza. A explosão atingiu todos os arranjos que vinham sendo costurados nos estados. O ministro Marco Aurélio de Mello, presidente do TSE, estranhou o susto do mundo político. Na visão dele, a interpretação é uma decorrência natural da decisão do Supremo Tribunal Federal.**

“Os políticos estão horrorizados com a interpretação do TSE, porque muitos estavam já fazendo suas alianças sem notar o preceito legal. A premissa do Supremo é o caráter nacional dos partidos. Isso não pode valer pela metade. Se não, a verticalização vira uma coisa lírica”, afirma Marco Aurélio Mello.

O ministro acha que quando forem feitas novas perguntas ao TSE – e muitas estavam sendo feitas ontem – ficará claro que a decisão é mais ampla do que parece:

“Há fatos que não estão cobertos pela resposta do Tribunal porque a consulta foi limitada, mas, pela ordem natural das coisas, os que estão juntos no nível federal não podem ser opositores na base”, disse ele, atolado ontem em inúmeras ligações que recebia de todos os líderes políticos querendo entender o que estava se passando.

No Rio, muda tudo. O PFL não pode apoiar Denise Frossard do PPS, porque está coligado nacionalmente com o PSDB.

Se for mantida a chapa Lula-José Alencar, do PRB, o senador Marcelo Crivella só poderá concorrer se Vladimir Palmeira, do PT, não for candidato.

No Mato Grosso do Sul, o concorrente do senador Delcídio Amaral para o governo do estado é André Puccinelli, ex-prefeito de Campo Grande, que montou uma coalizão entre PMDB-PSDB e PFL. É interminável a lista de impasses quando se leva para a decisão para a vida real.

“Para o PMDB, mudam todos os planos. Ele tinha chances de fazer a maior banca da Câmara e até 14 governos estaduais. Havia se coligado em alguns estados com o PT e, em outros, com o PSDB. Por exemplo, em Santa Catarina, o governador Luiz Henrique, do PMDB, está com o PSDB. Na Bahia, a aliança é entre PT e PMDB. Estava todo mundo tentando fazer

aliança com o PMDB. Essa decisão muda o jogo político de uma forma radical”, comentou Amaury Soares.

“A decisão do TSE terá mais impacto nos estados com eleição indefinida. Não é o caso de Minas, mas pode ser o caso no Rio Grande do Sul. Lá o Germano Rigotto não vai muito bem, então tentaria se articular com PSDB e PFL. Isso não será mais possível. Mas o impacto é mais forte mesmo na eleição proporcional, pois os partidos que tinham menos votos numa determinada região, por exemplo, o PFL no Sul, trocavam horário de TV por espaço na chapa; com os votos da legenda, elegiam uns dois deputados”, explica Fabiano Santos, do Iuperj.

O cientista político Alberto Almeida lembra que a literatura de ciência política internacional mostra que as alianças são muito diferentes nacional e localmente.

Assim, a idéia de fazer uma coisa só, na marra, não faz sentido. A Espanha, por exemplo, tem partidos regionais, que, inclusive, levam o nome da região.

O curioso é que o ministro Marco Aurélio era contra a verticalização, mas ele diz que, já que ela foi decidida, tem que ser respeitada integralmente.

A consulta do PL foi assim: A e B estão coligados nacionalmente, mas B não tem candidato no estado.

Ele pode se coligar com C, que não faz parte da aliança nacional? A resposta foi não. Mas há outras dúvidas no ar.

“Partidos que se coligaram num estado de uma forma poderão fazer alianças diferentes em outros estados? Essa questão ficou no ar, mas eu penso que não. Outra pergunta: se o partido A e B estão coligados a nível federal, o B pode lançar candidato próprio para concorrer com A num estado? Também acho que não”, disse-me o ministro Marco Aurélio.

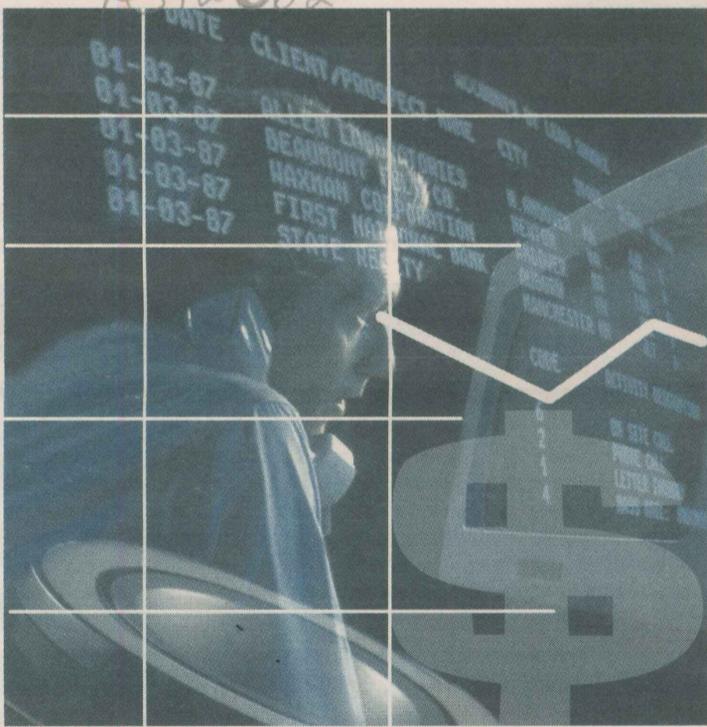
A medida, se cumprida, revoga inúmeras

alianças e muda o quadro político brasileiro.

Na verdade, há muita coisa mudando na política. Amaury de Souza acha que só a aplicação da cláusula de barreira será, na prática, uma reforma política.

“A reforma política que se queria fazer será feita por uma regra aprovada há 10 anos. Se a exigência de ter 5% dos votos nacionais fosse aplicada em 2002, apenas sete partidos teriam atingido o percentual. Ficariam desequilibrados todos os outros, inclusive o PTB, o PL, o PCdoB”.

A eleição que parecia um jogo de favas contadas promete ainda muita emoção. As pedras ainda estão se mexendo no tabuleiro.



Quem queria uma reforma política, agora tem uma. Essa interpretação radical da verticalização, mais a cláusula de barreira vão reduzir o número de partidos efetivos no país, liquidar as chances de aluguel de legendas e ordenar as alianças em nível nacional.

Mas os cientistas políticos dizem que isso não vai funcionar.

“Acho um absurdo esta decisão. Ela tem problemas conceituais, pois ignora que os estados têm dinâmicas próprias. Interfere demais e amarra de cima para baixo a eleição. Além de ter um timing péssimo. É um comportamento golpista nas instituições”, diz Fabiano Santos.